

Com este número a revista Nação e Defesa celebra simultaneamente o seu 30º ano consecutivo de publicação e a passagem de duas décadas sobre a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Com o objectivo de assinalar estes dois eventos decidiu o Instituto da Defesa Nacional organizar um número inteiramente dedicado à experiência portuguesa no quadro do projecto europeu. Porém, a presente edição ultrapassa os limites meramente comemorativos da integração na Europa tendo dois propósitos. Em primeiro lugar, dar a conhecer ao público leitor o estado da questão sobre Portugal e a construção europeia, através de seis perspectivas analíticas. Estas contribuem para o aprofundamento do conhecimento no âmbito dos estudos europeus, contextualizando a realidade portuguesa naquele domínio científico. Em segundo lugar preservar a memória do processo de integração de Portugal na Europa, através de quatro testemunhos sobre a consolidação do processo de integração europeia.

O primeiro artigo analisa o impacto da europeização na administração do Estado Português, no que concerne à condução dos assuntos parlamentares, à gestão dos fundos estruturais, à assumpção das Presidências da UE de 1992 e 2000 e à evolução da política externa portuguesa. O segundo artigo examina o processo de reestruturação da política externa portuguesa, na sequência da transição do regime para a democracia e da entrada de Portugal na União Europeia. Este contributo reflecte sobre o processo de reforma do Ministério dos Negócios Estrangeiros e sobre a adaptação da política externa em geral, e dos assuntos europeus em particular, a uma dimensão europeia no quadro do segundo pilar. O terceiro artigo propõe um balanço da progressiva adaptação da constituição portuguesa, em virtude do impacto que o percurso da União Europeia provocou na modelação da ordem jurídica nacional. Este estudo analisa as várias revisões constitucionais desde 1982, sobre a Constituição de 1976, à medida que a adesão de Portugal se foi aprofundando e as várias versões do Tratado da UE foram sendo ratificadas por Portugal. O quarto artigo reporta-se ao impacto

dos aspectos económicos da integração europeia sobre a economia nacional, desde o período inicial da adesão até à adopção da moeda única. O quinto artigo analítico considera os aspectos consequenciais da integração europeia sobre as relações externas de Portugal, nomeadamente no âmbito da relação peninsular, enquadradas pela existência de um clima de crise europeia decorrente da não ratificação do Tratado Constitucional. O último estudo analítico examina a natureza atípica do modelo de governação da UE e reflecte sobre o debate teórico em torno das noções de estado regulador e de governação sistémica, na perspectiva do exercício de novas práticas de poder indirecto.

No que respeita aos testemunhos sobre Portugal e a Construção Europeia, estes depoimentos oferecem duas oportunidades de reflexão. Em primeiro lugar, pela preservação da memória institucional sobre a integração europeia nos últimos vinte anos. Em segundo, pela ponderação sobre aspectos da política de defesa, da política externa, da representação nacional ao mais alto nível dos órgãos de decisão europeus, como o é a Comissão Europeia e da diplomacia proporcionando uma análise sobre a acção externa de Portugal no quadro integrado da Europa.

Os dois últimos artigos extra caderno optam por equacionar o impacto da Europa sobre duas perspectivas distintas: uma teórica e uma histórica. O primeiro recorre a um modelo analítico de validação de condições que indiciam europeização crescente dos estados membros. Para o efeito examina condicionantes normativas e funcionais que permitem inferir sobre o fortalecimento gradual do segundo pilar da UE, entre 1991-2001. O último através de uma análise histórica, analisa o processo de aproximação de Portugal a um espaço económico europeu integrado entre 1947 e 1953, testemunhando a adesão de Portugal a um modelo intergovernamental no domínio da cooperação económica, que contrastava com a reserva de então a qualquer forma de orientação supranacional.

Isabel Ferreira Nunes